GOVERNO ABERTO EM SANTA CATARINA: ANÁLISE DE DUAS INICIATIVAS À LUZ DAS RECOMENDAÇÕES DA OCDE PARA O BRASIL[1]

Rodrigo de Souza Pereira[2], Paula Chies Schommer[3]
.

[1]Vinculado ao projeto Grupo de Pesquisa em Coprodução do Bem Público: Accountability e Gestão – Politeia.
[2] Acadêmico (a) do Curso de Administração Pública – ESAG – Pesquisador voluntário, anteriormente bolsista PIVIC/UDESC.
[3] Orientadora, Departamento de Administração Pública – ESAG - paulacs3@gmail.com

Este trabalho tem como objetivo analisar duas iniciativas de promoção de governo aberto em Santa Catarina (SC) – a adesão do estado à Parceria pelo Governo Aberto (Open Government Partnership,OGP), que culminou na criação do 1º Plano de Ação SC Governo Aberto, e o projeto de pesquisa aplicada "Proposta de Padronização para a Geração de Dados Abertos em Compras e Contratações Públicas" – à luz das recomendações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. No que concerne à metodologia, trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva e interpretativa, baseada em pesquisas e documentos oficiais atinentes ao tema, caracterizada igualmente pelo uso de observação-participante do andamento e dos resultados obtidos, uma vez que os autores estão inseridos no desenvolvimento dos referidos projetos.

Publicada neste ano, a Revisão da OCDE sobre Governo Aberto no Brasil identificou e analisou estratégias de governo aberto no âmbito federal e sua articulação com outros níveis de governo, por meio de análises de políticas e práticas relativas à transparência. A agenda de governo aberto é estratégica para o Brasil, uma vez que o País, parceiro-chave da OCDE desde 2007, passou a ser considerado para adesão ao bloco em janeiro de 2022. Entre as recomendações para o avanço da candidatura, está a de ampliar esforços para promover integridade, combater a corrupção e fortalecer o governo aberto, em todos os níveis de governo. Dessa forma, a Revisão buscou destacar as ações-chave a serem consideradas pelo Brasil nos próximos anos com vistas a fortalecer sua agenda de governo aberto, nas áreas de transparência e acesso à informação, participação dos cidadãos e partes interessadas, controle social, dados governamentais abertos e a proteção do espaço cívico.

No documento, a entidade reconhece que, embora a análise se concentre na agenda do governo federal, as administrações estaduais e municipais, assim como os Poderes Legislativo e Judiciário, contribuem para os avanços na área. Um exemplo mencionado é a criação do Conselho Cidadão de Fortaleza, em 2019, no qual moradores/as do município selecionados por sorteio produziram recomendações sobre gestão de resíduos. Afinal, as organizações da sociedade civil desempenham um papel fundamental na melhoria das política por meio do uso de em mecanismos participativos, auxiliando a aumentar a transparência e accountability. O governo aberto, desse modo, teria o potencial de atuar como um catalisador para atingir objetivos políticos mais amplos, tais como desenvolvimento socioeconômico, coesão social, aumento da confiança e, em última instância, melhoria da democracia.

Para Guerzovich e Schommer. a localização é chave para a escala e sustentabilidade das ações em governo aberto, tendo em vista que focar no local requer começar a partir da diversidade.

Segundo as pesquisadoras, vários estados e municípios fazem governo aberto, embora muitas vezes os classifiquem de outro jeito, tal como transparente, participativo e inovador. Esse mosaico de experiências seria uma chave para compreender a capilaridade que permite alcançar a vida de mais pessoas a longo prazo.

Nesse sentido, Santa Catarina se destaca por ser o primeiro estado brasileiro a fazer parte da OGP. Em 2022, essa relação culminou na elaboração do 1º Plano de Ação SC Governo Aberto, liderado por um grupo multiatores composto por órgãos de governo - Controladoria Geral do Estado (CGE) e Secretaria Executiva de Integridade e Governança (SIG) - e por organizações da sociedade civil - Observatório Social do Brasil - Santa Catarina (OSB/SC) e Grupo de Pesquisa Politeia da Udesc Esag. Na ocasião, foram assumidos compromissos a serem executados até o final do ano de 2022.

Outra destacável iniciativa catarinense é o projeto em andamento "Proposta de Padronização para a Geração de Dados Abertos em Compras e Contratações Públicas", o qual procura desenvolver uma proposta de um padrão para a geração de dados relativos aos processos de compras e contratações públicas que otimize a disponibilização desses dados por municípios para cidadãos e órgãos de controle externo, em conformidade com os princípios de dados abertos, fomentando iniciativas de accountability e o controle social.

O presente artigo analisa o desenvolvimento dessas duas iniciativas regionais à luz das recomendações recentes sobre governo aberto por parte da OCDE. São explorados os resultados prévios obtidos nas iniciativas e apresentadas reflexões acerca do seu processo coletivo de construção, evidenciando aprendizagens e desafios e relacionando-os com os princípios e metas elencados pela OCDE como importantes para o avanço da agenda de governo aberto no País.

Palavras-chave: Governo Aberto. Accountability. OCDE.